

## A GUERRA E A COGNIÇÃO SOCIAL PRIMATA: por que lutamos?

Daniel Barreiros<sup>1</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da evolução primata, em âmbito interno aos grupos sociais, o exercício da força associou-se a estratégias sociais envolvendo intrincadas ritualizações e o sutil emprego de estratégias e subterfúgios, incluindo nas ferinas disputas por *status* a formação de alianças em torno de objetivos comuns. No âmbito externo, a projeção de poder entre sociedades de grandes símios africanos também viria a superar a antediluviana tendência, frequente nos mamíferos, às disputas entre indivíduos, dando origem à novidade evolucionária consubstanciada no fenômeno da violência coalizacional. Surgiriam, então, genuínas relações sociais de poder que ultrapassavam, embora incorporassem, a mera instância interpessoal, assumindo uma dimensão coletiva e intersocietária.

É nesse sentido que a intensa sociabilidade demonstrada pelos grandes primatas antropoides sugere um interessante emaranhamento entre o social e a dinâmica evolutiva, entre a vida coletiva, com sua lógica de cooperação e conflito intra e intergrupar, e aquele domínio vitoriosamente consagrado ao indivíduo (a origem e evolução das espécies). E de forma mais específica, são traços comportamentais compartilhados entre *Pan troglodytes*<sup>2</sup> e *Homo sapiens*<sup>3</sup> – os chimpanzés comuns e os humanos modernos

---

1 Graduado, mestre, doutor e Pós-Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especializado em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de História do Sistema Interestatal do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ.

2 *Pan troglodytes* é o nome científico do chimpanzé-comum que é uma das duas espécies que vivem no continente africano, juntamente com o chimpanzé-pigmeu. Evidências de fósseis e sequenciamento de DNA mostram que essas duas espécies são os parentes vivos mais próximos dos humanos.

3 *Homo sapiens* é o termo que deriva do latim “homem sábio”, conhecido como pessoa, gente ou homem. Única espécie do gênero *Homo* ainda viva e o primata mais abundante e difundido da Terra, caracterizado pelo bipedalismo e por cérebros grandes, o que permitiu o desenvolvimento de ferramentas, culturas e linguas.

– que nos fazem sugerir que tanto a violência coalizacional quanto a projeção de poder interssocietária configuram-se como uma condição sinapomórfica <sup>4</sup>, desenvolvida e transmitida no decurso evolucionário de algumas espécies da subfamília Homininae, com laços filogenéticos entre si, e que remetem pelo menos ao último ancestral comum (UAC) entre os gêneros *Pan* e *Homo*.

Assim, o desenvolvimento da violência coalizacional e da projeção de poder interssocietária teria percorrido uma senda evolucionária de, ao menos, seis milhões de anos, gerando uma identidade elusiva entre os reides promovidos por bandos de chimpanzés contra grupos vizinhos rivais nas florestas equatoriais da

---

4 Apomorfia é uma estrutura ou traço comportamental, de caráter inovador, manifestado em determinado táxon ou grupo de táxons. Apomorfias compartilhadas por vários táxons que apresentam um ancestral comum são chamadas de sinapomorfias, e são critério importante para a identificação de grupos monofiléticos (leia-se, grupos de táxons com ancestralidade comum). Uma plesiomorfia é uma característica primitiva, basal, compartilhada por dois ou mais táxons, e que só configura critério de agrupamento para grupos parafiléticos (sem ancestral direto comum). Quando num grupo desse tipo, parafilético, todas as espécies apresentam uma determinada característica primitiva, chamamo-la de simplesiomorfia. A determinação da condição apomórfica ou plesiomórfica de um traço ou estrutura é relativa, e depende do nível taxonômico analisado. Então, ao se afirmar que comportamentos de poder complexos, envolvendo agressão, subterfúgio e uma intrincada teoria da mente, são traços sinapomórficos quem unem as espécies que compõem a subfamília Homininae, sinaliza-se que tais traços se manifestam nelas, em exclusão de todas as demais espécies que formam a família Hominidae, e que provém de ancestralidade comum. Um traço plesiomórfico seria a ausência de cauda, aspecto morfológico primitivo, compartilhado com espécies primatas fora da subfamília, e que, portanto, não confere especificidade aos táxons componentes de Homininae. Além disso, tem-se que as sinapomorfias estão presentes em duas ou mais espécies pela razão de compartilharem elas um ancestral comum. Essa, todavia, não é a única possibilidade do desenvolvimento de uma característica comum. As homoplasias consistem em desenvolvimentos morfológicos ou comportamentais convergentes entre espécies apartadas no tempo e/ou no espaço, sem ancestralidade direta comum, mas normalmente selecionados por pressões adaptativas com algum grau de semelhança. Diferenciar sinapomorfias de homoplasias nunca é tarefa fácil; nesse estudo, privilegiarei hipóteses sinapomórficas, mas consciente de que elas não são a única possibilidade explicativa na história evolucionária de que qualquer traço morfológico ou comportamental comum entre duas espécies.

África Central, os massacres que marcaram a vivência social de *H. sapiens*, durante a Última Era Glacial, e os dantescos choques entre sociedades organizadas em Estados, no curtíssimo intervalo entre o surgimento da agricultura, há aproximadamente doze mil anos, e os tempos atuais. Esse fenômeno de longuíssima duração, a filogenia da guerra, operando em um contexto inconsciente, estrutural, tencionaria e problematizaria, dialeticamente, cada episódio envolvendo o poder e a guerra em temporalidades mais curtas, sem determiná-los.

O crescimento demográfico dos grupos sociais permanentes e sua estrutura interna complexa, decorrentes do colapso dos arranjos etológicos estáveis que estabeleciam claramente uma hierarquia simples, fizeram escalar a incerteza quanto às expectativas e aos lugares de poder interpessoais. Movida pela formação das coalizões e pelo colapso do exclusivismo sexual, redes hierárquicas complexas, com vários níveis de prestígio, oportunidades de ascensão e risco de declínio, surgem nas sociedades de grandes primatas às margens de territórios florestais em retração na África. Entre oito e seis milhões de anos atrás, o ancestral comum entre homens e chimpanzés teriam demonstrado, pelas circunstâncias evolucionárias, forte disposição em despender tempo e energia nos jogos de *status* e no comportamento social em geral. A incerteza e o excesso de informação social teriam feito emergir formas de expressão gestual, de comunicação e de interação complexas, instrumentos indispensáveis para o gerenciamento de conflitos em sociedades permanentes, de grandes dimensões (Aureli *et al.*, 2008, p. 632).

A etologia política, a partir do último ancestral comum entre humanos e chimpanzés, envolveria a reafirmação cotidiana das posições de poder por meio de demonstrações somáticas, de intimidação e de violência não letal, além do *grooming*<sup>5</sup> como elemento de pacificação, uma vez que a contestação às hierarquias estabelecidas seria frequente. (Wrangham; Peterson, 1996, p. 143-144). Adultos migrantes seriam

---

5 Grooming tem outros significados em inglês de acordo como a palavra é empregada em uma frase. Segundo o dicionário Linguee on-line, pode ser: Asseio, aliciamento, sedução e preparação.

incorporados aos grupos sociais e alocados nos escalões mais baixos da hierarquia geral, devendo conquistar prestígio nos mesmos moldes que os jovens autóctones (Nordhausen; Oliveira Filho, 2015, p. 36-38). Nesse quadro, os grandes grupos fendem-se, cotidianamente, em bandos menores e voláteis (como associações de interesses, por analogia), voltados para finalidades específicas e temporárias; essas breves alianças envolvendo forrageamento e acasalamento podem se converter em laços de cooperação duradouros entre determinados indivíduos, visando a reprodução de seu *status* social mútuo ou a voos mais ousados na hierarquia do grupo.

São os parâmetros de uma sociabilidade gregária altamente físil e de hierarquias complexas o fator responsável mais provável pelo aumento do quociente de encefalização entre dez e seis milhões de anos atrás, na linhagem que conduziria ao UAC entre humanos e chimpanzés. O crescimento do tamanho dos grupos sociais significa, nesse caso, que um número maior de novas relações precisa ser gerenciado, hierarquias relativas precisam ser compreendidas e registradas, e estratégias precisam ser montadas com a finalidade de galgar degraus na pirâmide social ou, no mínimo, manter-se onde se está. Além disso, grupos maiores geram pressão sobre os recursos naturais, de modo que maior território precisa ser conhecido e mapeado, para o que uma acrescida capacidade de memória é indispensável (Foley, 2008, p. 207-210).

## **2 O SURGIMENTO DA GUERRA NA LINHAGEM DE HOMENS E CHIMPANZÉS**

Provavelmente, foi então que, sob pressão de uma necessária “inteligência social”, com processos neurológicos especializados e altamente dedicados, capazes de lidar com a complexidade apresentada pela formação de grupos sociais permanentes, mas altamente físeis, que a modularidade da mente primata deu seu primeiro passo. Seu desenvolvimento e suas limitações podem ter sido responsáveis pela etologia da guerra na linhagem de homens e chimpanzés.

Na psicologia evolucionária, a ontogenia da mente é entendida como a resultante de mecanismos de resposta moldados pela sele-

ção natural; nesse caso, o complexo cognitivo é formado por módulos mentais com determinados conteúdos básicos inatos (especialmente regras de aprendizado e de organização da informação), altamente seletivos quanto ao tipo de *input* sensorial que absorvem, e tendo como finalidade a resolução de problemas específicos enfrentados no âmbito do processo de especiação de um determinado táxon. Não se trata de considerarmos a mente primata apenas como um grande instrumento de inteligência geral, indistinto, holístico, com regras de aprendizado padronizadas para quaisquer domínios cognitivos; tampouco, um mecanismo de tipo “esponja”, que absorve indistintamente conteúdo através dos sentidos, e molda-se exclusivamente a partir do meio.

Ao contrário, o entendimento de que determinados problemas requereram processos mentais altamente especializados e neurologicamente concentrados leva a psicologia evolucionária a reconhecer que a aplicação de regras gerais de aprendizado à solução de desafios, com risco evolucionário, resulta em erro ou em respostas demasiado lentas, a ponto de produzir uma sinalização negativa para a persistência desse tipo de comportamento cognitivo. Uma vez exposto a pressões radicais dessa natureza, um organismo deve ser capaz de excluir, rapidamente, informações involuntariamente adquiridas pelos sentidos e que são irrelevantes ou contraproducentes na resolução de um dado problema. Se todo tipo de informação tiver de ser analisado, simultaneamente, pelos mesmos processos mentais gerais e não dedicados, uma decisão vital e eficaz pode jamais ser obtida a tempo. Ignorar o que é, evolucionariamente, irrelevante e captar, organizar e analisar a informação decisiva: assim funcionam módulos mentais especializados.

Os simiiformes<sup>6</sup>, e os chimpanzés em particular, dispõem de uma bem desenvolvida inteligência geral. Isso significa dizer que contam com um eficiente mecanismo de regras de aprendizado genérico, adequado para os desafios mais amplos que enfrentam.

---

6 Simiiformes é uma das duas infraordens que compõem a subordem de primatas haplorrinos. Esta infraordem é maior que a dos tarsiiformes, sendo composta de 9 famílias, 44 gêneros e 281 espécies.

É através dessa inteligência geral que *P. troglodytes* e, presumidamente, o UAC, foram capazes de modificar seus comportamentos a partir de experiências cotidianas, por mecanismos de tentativa e erro, aplicados à maioria esmagadora das instâncias cognitivas existentes.

No caso dos chimpanzés, isso significa que, através dessa inteligência geral, são capazes de aprender alguns símbolos humanos simples e seus significados (quando a eles ensinados exaustivamente em laboratório, nunca em habitat natural), bem como de manusear e produzir algumas ferramentas, como as varetas para a “pesca” de cupins (feitas a partir de ramos de arbustos, depois de arrancados os galhos), marretas e martelos para quebrar nozes (leia-se, duas pedras de tamanho adequado para a tarefa), e esponjas (feitas de folhas) para coletar água. Entretanto, é próprio da inteligência geral operar com soluções simples, de lento aprendizado, e seus processos gerarem erros frequentes. Ela é um instrumento de menor custo evolucionário, e pode ser eficaz em determinadas circunstâncias; suas ineficiências, contudo, podem se converter num passivo quando a precisão, a eficácia e a velocidade na tomada de decisão, bem como na análise do ambiente, se tornam questão de sobrevivência.

Então, em algum momento evolucionário, entre oito e seis milhões de anos atrás, a complexidade das relações sociais entre as populações marginais que dariam origem ao UAC e a *P. troglodytes*, provocadas pela reconfiguração dos habitats florestais, geraria uma sinalização positiva para a seleção de processos mentais especializados, e voltados, exclusivamente, para a interpretação e previsão do comportamento de terceiros, tendo como referência uma autoimagem consciente do próprio comportamento do organismo que observa (Mithen, 2002, p. 67-71; 102-111). Em outras palavras, a ruptura ambiental gerava contexto para o aprofundamento da “teoria da mente” entre chimpanzés, e acreditamos que essa condição estivesse também presente no último ancestral comum, já que nós, humanos, dela também dispomos. *H. sapiens* e *P. troglodytes* estão filogeneticamente ligados por uma inteligência social dominial e processos especializados desse tipo estão no cerne da guerra em sua dimensão etológica.

É improvável que, em algum momento, desde a divergência da linhagem que levaria ao UAC, até aquela que levaria a *P. troglodytes* (o que exclui os hominíneos), pressões evolucionárias tenham levado à modularização de uma inteligência, digamos, técnica. A produção de ferramentas líticas exige, entre outras competências, a formulação de uma imagem mental (uma hipótese, portanto) da ferramenta acabada, com base na qual o núcleo será talhado. As ações envolvidas na produção de uma ferramenta lítica não parecem ter equivalente em qualquer outro domínio comportamental dos hominíneos capazes de criá-las, não correspondendo a um subproduto acidental de atividades executadas com outras finalidades.

Em outras palavras, a tecnologia lítica envolveria, nitidamente, um conjunto de processos mentais altamente especializados, concentrados e modularizados, cuja finalidade se inicia e se esgota na própria produção de artefatos. O custo energético e evolucionário de um caminho como esse não é desprezível e, diante da seleção natural, não há espaço para desperdícios. Se as “ferramentas” empregadas por chimpanzés podem ser produzidas através de ações já associadas à alimentação (remover ramos, arrancar folhas, morder os galhos para nivelá-los), isso significaria dizer que o mecanismo pelo qual o último ancestral comum e seus herdeiros paníneos foram levados a manipular e transformar objetos físicos recorre à inteligência geral, maquinário genérico, lento e pouco sofisticado, mas já em funcionamento, sem custos adicionais. Não seria o caso de dizer que chimpanzés precisassem “inventar a roda”.

As tradições culturais que se nota entre chimpanzés de diferentes comunidades estudadas e que levam determinados grupos a socializarem a prática de caça de formigas, ou de uso de folhas para higiene pessoal, não significariam, por sua vez, a existência de um domínio mental técnico. Tratam-se, tão somente, do uso dos processos genéricos para aprendizado, por tentativa e erro, e que são replicados por observação inconsciente, que é potencializada pela vivência em grupos sociais permanentes. É consistente a ideia de que chimpanzés, quando “imitam” e “aprendem” o ato de pescar cupins praticado por algum outro membro do grupo, não têm consciência do propósito da sua ação, nem de como aplicar aquela mesma ação para outros fins.

Eles simplesmente o fazem, e recebem a recompensa na forma de proteína animal.

Da mesma forma, o ato de quebrar castanhas com pedras é, muitas vezes, aprendido depois de muitas tentativas e erros, com os praticantes batendo as pedras sem as castanhas entre elas, ou depositando castanhas sem que haja martelos para quebrá-las. A inconsciência a respeito do manejo técnico da natureza se expressa pela pouca importância que o ensino ativo representa, a despeito das nítidas vantagens evolucionárias que os membros de uma prole obteriam caso fossem instruídos, sistematicamente, pelos pais nas tarefas do uso de ferramentas. Hipóteses causais quanto ao funcionamento dos martelos e bigornas, envolvendo uma “física intuitiva”, uma noção de densidade, rigidez, força e resistência, não parecem “autoevidentes” aos chimpanzés adultos como o são para crianças humanas de dois ou três anos.

Então, é a sociabilidade que permite a transmissão “cultural” de certos procedimentos técnicos entre chimpanzés e não a emergência de uma inteligência especializada. Convém ressaltar que, em *P. troglodytes*, as tradições técnicas que existem em um grupo não existem em outros, porque a variável de ajuste é a transmissão social dos procedimentos. No caso dos humanos modernos, as tradições culturais dizem respeito, em última instância, a formas diferentes de fazer coisas semelhantes. Não existem culturas humanas que usem ferramentas, e outras que não usem (Mithen, 2002, p. 120-122; 139).

É razoável que o aumento do quociente de encefalização, há 10 milhões de anos até a especiação do UAC, também esteja ligado à pressão pela busca de recursos alimentares na circunstância de grupos sociais com crescente número de integrantes. A ampla capacidade de memorização visual dos chimpanzés (algo não rivalizado por qualquer humano moderno em testes laboratoriais) remete, decerto, a esse “mapeamento” das oportunidades nutricionais. Um exemplo bastante peculiar desse poder mnemônico é dado pelos chimpanzés das florestas de Taï, na Costa do Marfim, e é algo que constitui uma tradição “cultural” desse grupo, ausente em quaisquer outros até hoje estudados.

Os chimpanzés de Taï costumam espalhar e esconder martelos de pedra não modificados em locais estrategicamente selecionados.



Eles seriam capazes, então, de comparar as distâncias entre cada martelo, decidir qual deles está mais próximo, e se é energeticamente mais eficaz transportar um martelo pesado por uma distância menor, ou um martelo leve por uma distância maior. Essa distribuição dos martelos pelo território permitiria o processamento ótimo de alimentos de origem vegetal *in loco*, evitando então o custo energético e de oportunidade que envolveria o transporte dos alimentos até local seguro, onde pudessem ser processados. A diminuição do tempo de exposição aos predadores, por meio do acesso rápido às ferramentas, otimamente espalhadas pelo território, e obtenção das calorias necessárias antes de um novo deslocamento, seriam fatores relevantes para aumentar as chances de sobrevivência desses chimpanzés (Cameron; Groves, 2004, p. 74; Mithen, 2002, p. 125).

Apesar de serem forrageadores muito capazes, *P. troglodytes* e, em seu tempo, o UAC, são pouco capazes de encontrar novas zonas ricas em recursos sem que dela tenham um conhecimento sensorial prévio, o que reforça a noção de que registram mentalmente posição, distância e formas de acesso aos locais já mapeados, mas não estabelecem hipóteses a respeito da distribuição do alimento a partir do conhecimento do ciclo de nascimento e amadurecimento dos vegetais. Uma inteligência naturalista especializada, com processos mentais exclusivos e dedicados, talvez lhes permitisse um uso criativo da informação sensorial para simular onde e quando recursos estariam disponíveis, sem que fosse preciso atestar sua existência previamente.

Ainda no que diz respeito ao forrageamento, os hábitos de caça dos chimpanzés são estereotipados e pouco oportunistas, reforçando a noção de que uma inteligência modular naturalista não pertence ao conjunto de inovações comportamentais que marcou a emergência da linhagem que conduziria ao UAC. Chimpanzés de diferentes localidades concentram-se, “culturalmente”, na caça de determinados animais, como os colobos, entre os habitantes de Tai, e os porcos e gamos, entre os de Gambe e Mahale. Apesar do alto sucesso da cooperação entre os caçadores de Tai, e do emprego de pistas sonoras para localizar suas presas, a capacidade desses chimpanzés de detectar pistas visuais (como pegadas, sombras etc.) é pequena, apesar de seu incrível poder de memorização fotográfica do ambiente, e do

mapeamento mental de recursos vegetais estáticos (Mithen, 2002, p. 126-127).

Não parece haver, então, um domínio mental especializado capaz de reunir e processar informação e de traçar hipóteses sobre tudo aquilo que se relacione às necessidades do forrageamento, no qual a caça ou a coleta estivessem reunidas e sendo pensadas em conjunto. Além disso, carcaças de determinados animais, riquíssimas em nutrientes, e ainda frescas, podem ser ignoradas por um bando de chimpanzés se o animal morto não corresponde à espécie normalmente caçada no âmbito da “cultura” de que compartilham os caçadores. Então, vemos que, mais uma vez, é o aprendizado social, no âmbito da inteligência geral e transmitido no âmbito do grupo, que marca a relação entre os paníneos e o ambiente, sendo essa também a provável condição do último ancestral comum entre eles e os humanos modernos. Todos os parâmetros da prática da caça são decorados pelo exemplo e por tentativa e erro. Não há espaço para que as informações sobre a captura e o abate de uma determinada presa sejam lidas à luz de um modelo abstrato, que as torne capazes de serem extrapoladas e adaptadas, de acordo com as circunstâncias, para outros tipos de presa ou mesmo de situações envolvendo o forrageamento, mas não a caça.

Não podemos dizer o mesmo em relação ao comportamento social, dos quais temos razoável evidência de que sejam fundamentados em algo que possamos chamar de uma inteligência dominial. É significativo considerar que chimpanzés em cativeiro, quando submetidos a treinamento regular, sejam capazes de desenvolver alguma comunicação linguística e de elaborar instrumentos líticos, algo que não fariam se não fossem devidamente instruídos por humanos (Mithen, 2002, p. 142). Quanto ao comportamento social, entretanto, não há nada, efetivamente, que se consiga ensinar a esses primatas. O cativeiro não parece alterar, de modo significativo, esses processos, mesmo entre aqueles chimpanzés nascidos fora de seu habitat natural.

A convivência, simultaneamente competitiva e cooperativa, em grupos multissexuais permanentes, tornou os instrumentos cognitivos de manutenção e reconhecimento de hierarquias uma condição importante para a redução e manejo de conflitos intrassociais ao longo das linhagens de homínidos africanos que divergiram entre oito e seis

milhões de anos atrás. Isso porque, em um contexto pós-harênico, no qual a espacialidade da ocupação territorial acaba por diluir a perceptividade do lócus de dominância, as oportunidades de fazer cumprir uma agenda energética e reprodutiva, estritamente “egoísta”, tanto por parte de machos, quanto de fêmeas, é razoavelmente grande.

É sob essa luz que devemos entender a notória astúcia e a dissimulação que envolvem as relações cotidianas dos chimpanzés comuns, com suas alianças e amizades de ocasião. Em última instância, está em jogo buscar o equilíbrio entre as necessidades energéticas e reprodutivas de cada organismo engajado na rede de relações sociais, e as vantagens advindas da cooperação permanente. Para tal, surgem, no tempo evolucionário, processos modulares plenos de conteúdo e de modelos que permitem a esses organismos não só gerar hipóteses sobre comportamentos futuros de terceiros, mas de compreender o conjunto de regras que impedem que o confronto entre agendas individuais se torne uma luta fratricida.

Confrontos entre machos adultos e com pretensões à preservação ou à conquista da dominância, podem durar meses, tal como se depreende de observações em cativeiro. Demonstrações de comportamento agonístico<sup>7</sup> entre os contendores são observadas pelos demais membros do grupo, que se posicionam na disputa, sem se envolver diretamente nela, de acordo com uma intrincada lógica de suporte ou oposição. O estado de contestação à hierarquia vigente pode ser notado através da troca de olhares entre os machos e por uma maior instabilidade na composição das coalizões masculinas, entre outros marcadores.

Nesses casos, ficam mais frequentes as demonstrações de força e poder do macho dominante em exercício, e de seus aliados, direcionadas contra as fêmeas. Um macho contestante demonstra sua clara insubordinação ao dirigir a um macho de maior *status* corrente apenas vocalizações tímidas e por meio de uma postura corporal. O desafiante se mostra desrespeitoso e se recusa a promover rituais de submissão direcionados ao macho alfa, como dar as costas, curvar-se ou abaixar-se diante dele (sinais de inofensibilidade), ou mostrar-lhe o “sorriso

---

<sup>7</sup> Relativo à agonística. Parte da ginástica relativa aos combates dos atletas.

assustado”, expressão facial padronizada que demonstra reconhecimento da dominância alheia. Os dois lados buscam ocasionalmente reconciliar-se por meio da proximidade física, por demonstrações de afeição e *grooming*.

Entretanto, na luta pelo poder interno, normalmente, a situação escala no sentido do isolamento social de um dos machos e a perda de seu poder, consubstanciada pela defecção dos demais componentes do grupo. O disputante mais hábil pode lograr em desferir seu golpe final por meio da conquista do apoio do coletivo de fêmeas, o que envolve investir tempo em atividades lúdicas e de higiene com a prole dessas mães observadoras, enquanto o outro macho contestante encontra-se fora do alcance sensorial. Outro passo importante é investir mesma quantidade de tempo em atividades similares, mas com as fêmeas. Machos em situação inferior, mas desejosos de galgar alguns degraus na pirâmide social, a partir da submissão a um dos disputantes (na hipótese, naturalmente, de ele ser o vencedor da corrida pelo poder), podem ser um instrumento importante: durante as oportunidades de interação social entre seu “candidato” e as fêmeas receptivas, esses machos inferiores podem se responsabilizar por afastar fêmeas partidárias do oponente e evitar que elas provoquem qualquer interferência na estratégia política.

Não são raras as vezes em que machos inferiores, desprezados pela maior parte das fêmeas, com pouco prestígio no grupo, tomam o segundo lugar na hierarquia interna, logo abaixo do macho dominante a quem apoiaram. Uma vez conquistado ou preservado o poder, o macho dominante reduz seu comportamento agonístico e, com atitude pacificadora, aparta lutas entre fêmeas (envolvendo ocasionalmente o acesso aos recursos energéticos) e apoia machos mais fracos, física e socialmente, em seus conflitos com outros mais poderosos. Em geral, ciclos, como esse, logo se reiniciam, com uma coalizão entre os machos subalternos ao dominante (até então a ele aliados) e o antigo líder destronado, voltando-se contra o poder estabelecido (Mithen, 2002, p. 129-131; Wrangham; Peterson, 1996, p. 128; 186).

Todos esses atos envolvem uma teoria da mente bem desenvolvida. Desse modo, chimpanzés precisam ser capazes de dispor de um modelo de funcionamento das principais linhas de comportamento

social normais de sua espécie. Em certo aspecto, precisam ser conscientes a respeito de como se comportariam sob determinado conjunto de pressões, para que, a partir daí, sejam capazes de prever como outros se comportariam diante de condicionantes análogos (Aureli *et al.*, 2008, p. 636-637).

Mais ainda, essa etologia política em *P. troglodytes* requer não só que possam formular hipóteses a respeito das expectativas e reações de um determinado indivíduo em relação ao comportamento daquele que analisa, mas também, acerca das expectativas e reações mútuas entre dois ou mais indivíduos, sem que o observador esteja envolvido. Requer, finalmente, que os modelos mentais devotados à análise do comportamento alheio sejam realinhados caso a caso, a partir de informações a respeito de indivíduos específicos, e de seus temperamentos individuais e momentâneos, sem que essa sintonia fina aconteça, expectativas estereotipadas podem induzir ao erro e é justamente a uma capacidade de ajuste e adaptação rápida, a alterações de cenários, que inteligências especializadas se prestam. É razoável que, pela seleção natural, chimpanzés tenham desenvolvido consciência a respeito de sua própria mente, de serem seres pensantes, mas somente quando os raciocínios envolvem aspectos variados da interação social. Decerto são capazes de se perceberem como indivíduos, contrapostos a outros, e de reconhecerem sensorialmente sua autoimagem, conclusão essa que conta com suporte laboratorial já bem estabelecido. Isso significaria que um “pensamento sobre o pensamento”, ou seja, a consciência acerca do pensar, ocorre quando as estratégias sociais para a luta diária pela dominância estão em jogo, mas não quando quaisquer outras competências cognitivas estão em questão.

A formação de um domínio cognitivo social entre os grandes primatas africanos, e (o que inclui chimpanzés e humanos), foi provavelmente fruto do notório desenvolvimento do córtex insular entre esses animais. A ínsula está localizada nas paredes dos hemisférios cerebrais, no interior da dobra formada pelo sulco lateral, e está associada à manifestação de estados comportamentais que remetem a representações mentais internas do próprio corpo.

É verossímil, então, que o córtex insular nos possa fornecer a localização anatômica dos mecanismos neurais responsáveis pela

consciência subjetiva no que tange as interações sociais. Em humanos, ele está associado ao autorreconhecimento sensorial (visual, inclusive), à percepção de emoções próprias e de terceiros, à intersubjetividade, à percepção do tempo, à formulação de hipóteses e à tomada de decisões em situações de incerteza. A linguagem e a música também estão associadas ao funcionamento da ínsula em humanos, reforçando a dimensão social e relacional desses atos psicoculturais.

Os grandes símios contam com uma subdivisão no córtex insular, com determinado grau de especialização: enquanto sua seção posterior é dedicada ao processamento de informação sensorial referente à dor, à fome, à sede e ao toque. Sua seção anterior se dedica à autoconsciência social e ao exercício da teoria da mente (o que inclui competências empáticas). Nessa fração anterior dedicada à inteligência social, o lado direito é ativado a partir de experiências que exijam resposta rápida do sistema nervoso simpático, tais como aquelas relacionadas ao comportamento agonístico, ao risco de vida, à ameaça ao *status*, à competição sexual, enquanto o lado esquerdo da ínsula anterior é ativado em situações emocionais de calma, nas quais os marcadores fisiológicos de resposta a ameaças são desativados. Ambas trabalham em oposição e concorrem para a homeostase e para um senso unificado de consciência (Bauernfeind *et al.*, 2013, p. 263-264).

No tempo evolucionário, conhecemos a relação entre o aumento do volume das regiões corticais, a neurogênese, e a pressão por maior capacidade de processamento de informações. Nos grandes primatas, chimpanzés e humanos em particular, a região anterior esquerda do córtex insular, ligada ao manejo de conflitos e ao sistema nervoso parassimpático, apresenta forte perfil alométrico em relação ao volume cerebral como um todo (considerando uma taxa de crescimento homogênea para o cérebro em seu conjunto, a ínsula esquerda é de 5% a 22% maior do que deveria ser em caso de um desenvolvimento plasticamente isométrico). Além disso, a dimensão do córtex insular, como um todo, varia de acordo com o tamanho total do cérebro, algo esperado se considerarmos a conexão entre o processo de encefalização, o número médio de indivíduos em grupos sociais típicos e a necessidade de gerenciamento de relações sociais (Bauernfeind *et al.*, 2013, p. 271-273).

Então, a ampla centralidade dos jogos de *status*, na vida coletiva dos chimpanzés, e o *modus operandi* desses primatas nessas interações são, suficientemente, familiares aos observadores humanos a ponto de suscitar certo olhar antropomórfico em nossa leitura dessas formas de sociabilidade. Também é significativo, contudo, que não seja tão simples a “humanização” de nosso olhar a respeito do comportamento social de outras espécies mais distantes de nós na árvore evolucionária. Do vício de medirmos o mundo à nossa imagem e semelhança, devemos extrair conhecimento: nosso espanto diante do “maquiavelismo” chimpanzé, sem igual entre os grandes primatas africanos (excetuando o homem), e o modo pelo qual parece fazer com que nos deparemos com um desconfortável espelho, traz, subterrâneo, um problema filogenético. Hominíneos e paníneos compartilham dessa inteligência social, como condição primitiva.

Mas essa inteligência dominial entre os paníneos (e presumidamente, no UAC), a despeito de sua complexidade, parece suficientemente insulada da inteligência geral, e não interagir plenamente com outros domínios cognitivos. Se for verdade que todas as táticas parecem abertas rumo à dominância nos jogos de *status*, não há entre eles o uso, como ocorre entre os humanos, da cultura material com a finalidade de se obter vantagens na disputa por espaço na hierarquia. Ferramentas e objetos não são empregados por esses primatas com a finalidade de sinalização social, de expressão de interesses, de aspirações, de poder. Não ocorre, entre eles, qualquer dimensão “simbólica” da cultura material que transmita, imediatamente ao coletivo, noções a respeito do lócus ocupado na pirâmide social, nem que permita dissimulação capaz de ocultar um *status* inferior. Então, se os jogos de *status* ocupam parte importante da vida ativa desses primatas, nem por isso a inteligência social dominial é capaz de acessar, plenamente, instâncias cognitivas alternativas e de colocá-las a seu serviço. Parece haver uma barreira que torna apartados o saber social e o comportamento a respeito do mundo material e natural. Isso significa que chimpanzés podem interpretar e prever os raciocínios de outros no âmbito das disputas por prestígio, mas não são capazes de imaginar os pensamentos alheios quando aplicados ao forrageamento e à elaboração de ferramentas.

Assim, excluída do espaço social, a inteligência geral opera em domínios inconscientes, incapazes de gerarem uma autorrepresentação cognitiva, uma percepção mental daquilo que se sabe (Mithen, 2002, p. 139-141). Essa condição psíquica, que torna a linhagem dos chimpanzés incapaz de mobilização simultânea e transdominial de competências, limitou um eventual perigo evolucionário representado pela violência coalizacional interssocietária, que é um fenômeno da mente dominial social por definição. Não devemos esperar chimpanzés envenenando cursos d'água nem produzindo armas, em suas campanhas de extermínio contra grupos vizinhos. Ambas as ações requerem uma super-representação horizontal e fluída entre dois ou mais domínios cognitivos especializados, algo que só emergiu com a eclosão da mente transdominial do *H. sapiens* moderno, há aproximadamente quarenta mil anos atrás.

Uma exceção relativa, mas notória, deve ser feita no que tange à interferência de aspectos ligados à alimentação nas estratégias sociais, especialmente porque se relacionam ao resultado mais significativo do exercício da inteligência social dominial, que é a resolução de conflitos internos. Ainda que a prática da caça entre chimpanzés envolva esforço cooperativo, o produto é apropriado inicialmente por apenas um dos machos, normalmente, aquele que capturou efetivamente a presa. Entram em vigor, nesse momento, eficazes freios etológicos: o detentor do alimento é cercado por outros chimpanzés – muitos dos quais participantes da caçada – que, pacientemente, estendem suas mãos, solicitando a sua parte. O atendimento às demandas é influenciado pelas alianças políticas vigentes: se é o caso de um dos pedintes ser aliado subalterno do detentor da caça em sua luta pela dominância, ele receberá antes de todos a sua parte. Os demais podem receber ou não, de acordo com as demonstrações de submissão que apresentarem. (Mithen, 2002, p. 140-141; Wrangham; Peterson, 1996, p. 8-11). Mas em qualquer dos casos, que se ressalte o fundamental: ao invés de o acesso a um alimento especial gerar uma luta fratricida, entre os chimpanzés, manifestam-se rapidamente normas etológicas que se prestam à resolução e redução de conflito letal.

Vemos, assim, nas relações intragrupo, como normas de demarcação de *status* e de contestação da ordem funcionam como mecanis-



mos de regulação de conflitos, permitindo demonstrações de força, de intimidação e de subterfúgio sem a produção de danos físicos necessariamente letais. O mesmo, contudo, não pode ser dito das relações interssocietárias, entre grupos de chimpanzés com algum grau de parentesco em potencial, mas social e politicamente apartados. Nesse caso, ao contrário do que ocorre nas relações internas, não parece haver qualquer conjunto de normas etológicas que estabeleçam os limites até onde o exercício do poder sobre comunidades vizinhas possa chegar. Não há instrumentos redutores de conflitos, possibilidades de “acordos de paz”, ou demarcação de fronteiras. Se a luta interna pelo *status* se interrompe (ainda que temporariamente), com o reconhecimento da derrota pelo vencido, os choques interssocietários só se encerram com a eliminação de uma das comunidades em guerra.

Situações de conflito letal foram observadas, documentadas e analisadas por equipes de primatólogos em Gombe (Tanzânia), Niokola-Koba (Senegal), Taï (Costa do Marfim), Kibale (Uganda) e Mahale (Tanzânia). A principal matriz do conflito interssocietário está na fissão de grupos sociais de paníneos, levados ao limite socioambiental. Nessas circunstâncias, uma disputa interna por poder pode precipitar uma ruptura. Uma de suas primeiras manifestações pode ser a segmentação de dois grupos de relacionamento mais frequentes, com certos indivíduos se deslocando, forrageando e praticando o *grooming* sempre com os mesmos parceiros, em detrimento de outros. Essas duas facções, ainda que permaneçam associadas por algum tempo, demonstram predileção ou pelo macho dominante estabelecido, ou por seu desafiante. Progressivamente, as ocasiões de agrupamento (para *grooming*, descanso etc.) se tornam tensas, manifestando-se nítida fratura no espaço ocupado, com os bandos estabelecendo-se em lados opostos. Nesse quadro, os machos mais idosos, muitos dos quais já incapazes de lutar pela dominância, podem permanecer refratários à cisão por mais tempo, mas com o passar do tempo, uma separação completa dos grupos toma lugar, com a formação de dois territórios de forrageamento delimitados e limítrofes.

A partir da fragmentação total em dois grupos distintos, algum tempo leva para que se organizem, periodicamente, pequenos bandos temporários, incitados por um dos machos, ou especialmente pelo

macho dominante. Há ritualização nesses atos, percorrendo o “agente provocador” as áreas ocupadas pelo grupo maior, gerando ruidosas vocalizações, arrastando galhos, tudo isso com o objetivo de provocar etologicamente os demais. Se for bem-sucedido, logo o líder parte com outros machos e, eventualmente, uma ou duas fêmeas jovens e sem filhotes, em direção ao território do grupo vizinho. Essas incursões em território alheio não são defensivas, nem são reativas. Não há qualquer fator externo evidente, e de curto prazo, que as produza. Nem sequer se confundem com a prática do forrageamento: há registro de oportunidades de alimentação deixadas para trás no caminho em direção à zona habitada pelo grupo “inimigo” e nenhuma evidência de consumo de alimentos nessa marcha. Esses pequenos bandos, organizados com aparente intuito específico, patrulham seu próprio território com certa calma, parando para ouvir, subindo em árvores para ver à distância, e descansando.

Ao identificarem marcadores no terreno que indicam a proximidade do território alheio, o comportamento do bando tende a se alterar, depositando total atenção sensorial no espaço ocupado pelo adversário. Podem eventualmente vocalizar, na expectativa de obterem resposta de algum bando inimigo. Quando isso acontece, demonstram clara tensão, amenizada por meio de uma ritualística voltada para assegurar a confiança e a cooperação, consubstanciada em toques e abraços. Chimpanzés devotam grande atenção sensorial para avaliar o risco representado por um grupo inimigo, e nunca atacarão se tiverem a certeza de que estão em menor número. Se por vezes a prospecção do risco falha e, na expectativa de encontrar um oponente solitário, um grupo hostil é encontrado, a retirada é apressada. Na certeza de encontrar o adversário em menor número, o avanço pelo seu território é igualmente ligeiro.

A espacialidade dos recursos naturais é ocasionalmente cruel com os chimpanzés, dado que, para forragear, os indivíduos precisam se afastar razoavelmente uns dos outros. Essas são ocasiões frequentes nas quais machos solitários são atacados e mortos pelo bando invasor, que coopera, arremetendo em carga contra o inimigo. Se mais do que um adversário é encontrado, é frequente que o bando atacante tente isolar um deles, repelindo os demais (Wrangham; Peterson, 1996, p. 5-16).

Essa dinâmica pode se repetir inúmeras vezes durante anos seguidos, até que todos os machos de uma comunidade tenham sido mortos, incluindo os jovens e os anciãos. Ataques mais violentos podem envolver demonstrações etológicas intrigantes, como a emasculação de um adversário ainda vivo, e o consumo de seu sangue, partilhado entre um macho mais experiente e outro mais jovem. (Wrangham; Peterson, 1996, p. 17-18; 158-159; 166).

Na origem da violência interssocietária está, então, o processo de fissão dos grupos sociais, presumidamente, manifesto entre os grandes primatas africanos desde algum ponto entre as divergências de gorilíneos e paníneos. Em tese, podemos postular que agrupamentos de primatas poderiam crescer indefinidamente enquanto fossem suficientes os recursos naturais, efetivamente exploráveis, considerando as variáveis motoras e morfológicas relevantes. Num cenário de oferta de alimentos espacialmente homogênea e nutricionalmente equilibrada, a expansão dos grupos se seguirá a ampliação do território de forrageamento a ser percorrido pelo coletivo como um todo, que manterá as vantagens da gregariedade enquanto ela atende às suas necessidades energéticas.

Quanto maior for a heterogeneidade espacial da distribuição dos recursos, bem como da qualidade nutricional dos mesmos, maior será a pressão para a fragmentação social, tendo, como caso limite, a instituição de relações monogâmicas e, como solução intermediária, a fissão dos grupos de chimpanzés em bandos temporários menores (voltados para o forrageamento). (Aureli *et al.*, 2008, p. 627; Wrangham; Peterson, 1996, p. 168-170). Diferentemente dos gorilíneos, capazes de se alimentar em tropas estáveis e coesas, dada a maior homogeneidade espacial na distribuição das folhas e frutos que consomem, aos paníneos é dificultada uma refeição em família ou entre amigos, o que cria uma vulnerabilidade particularmente grave quando se está suscetível à violência letal por parte de seus vizinhos.

São na fragmentação temporária e na formação de coalizões masculinas, ambas surgidas sob pressão do ambiente, que repousa parte do problema da violência interssocietária na linhagem do último ancestral comum entre homens e chimpanzés. A agressão letal intraespecífica não chega a configurar um fator etológico atípico. Em muitas

espécies, indivíduos levam à morte seus semelhantes, ainda que na maioria esmagadora dos casos, isso envolva a prática do infanticídio ou a disputa por recursos realmente escassos. O confronto entre machos ou fêmeas adultas, envolvendo competição sexual ou nutricional, normalmente ocorre na forma de duelos, que não necessariamente envolvem violência física (podendo estar restritos a sinalização de força, demonstrações de poder, etc.), terminando quando um dos lados reconhece sua derrota e renuncia ao prêmio.

Assim, precisamos reconhecer que a violência interssocietária coalizacional manifestada entre os paníneos – e presumidamente no UAC – vem a se manifestar em decorrência da vantagem numérica. Matar, em dimensão etológica, é um ato que precisa envolver riscos controlados. Nenhum um organismo adulto é capaz de, deliberadamente, levar à morte outro organismo adulto de sua mesma espécie sem correr o alto risco de se tornar vítima, antes de algoz. O equilíbrio de poder é, etologicamente, um instrumento eficaz para frear a violência letal e justamente esse equilíbrio é rompido com a estratégia coalizacional. Grupos cooperativos que se lançam sobre indivíduos isolados raramente sofrem qualquer tipo de dano. O emprego da força massiva, do cerco e do isolamento do inimigo, reduz o custo da violência letal ao mínimo (Roscoe, 2007, p. 485-486; Wrangham; Peterson, 1996, p. 6-7; 162-165).

Mas tudo isso não contempla a fissão permanente dos grupos sociais de chimpanzés, matéria-prima mor da guerra em perspectiva etológica. Voltemos à eclosão da inteligência social especializada na linhagem do UAC. O desenvolvimento encefálico e da capacidade de processamento cerebral dedicada à análise do mundo social, certamente esbarrou em limites físicos e energéticos inescapáveis. O número de relações sociais que podem ser registradas e analisadas simultaneamente não é infinito. O volume médio do neocórtex cerebral, o tamanho dos grupos sociais, e o montante de tempo dedicado à manutenção das relações sociais (através do *grooming*) estão bem associados. Assim, quando o número de relacionamentos a serem monitorados supera certo limite imposto pela morfologia e pelas dimensões neocorticais, a coordenação e a cooperação se tornam menos viáveis, e a fissão permanente pode emergir como resposta (Aiello; Dunbar, 1993, p. 184-185).

Em chimpanzés, por exemplo, uma vez alcançados os limites físicos de uma inteligência social operando em cérebros de cerca de 400 mm<sup>3</sup>, os indivíduos passam a não ser capazes de registrar e processar informações sobre o lugar na hierarquia de todos os seus associados, algo que se manifesta pelo crescente estranhamento e facciosismo das escolhas do uso do tempo social (especialmente do *grooming*). Nesse caso, a demografia pode ser entendida como um fator de estresse ambiental, catalisador de comportamento agonístico (Ferguson; Beaver, 2009, p. 291).

As lutas pela dominância interna precipitam a fissão e, com ela, procede-se ao esvaziamento da bolha representada pela crescente demanda por processos mentais simultâneos e especializados no âmbito da inteligência social, fato causador de comportamento anômalo e de sofrimento emocional (Aureli *et al.*, 2008, p. 637). O número de relações sociais simultâneas a serem acompanhadas retorna a níveis manejáveis com a fissão dos grupos. Já os “estrangeiros”, leia-se, os indivíduos que passam a pertencer a um espaço distinto, não têm lugar nas relações hierárquicas internas, e, portanto, não são objeto da intrincada rede de processos neurais voltados para o gerenciamento de conflitos. Nesse contexto, os membros desligados do grupo passam a ser tratados como “animais de caça”. Há relevante evidência de que chimpanzés em guerra, em seu habitat natural, emitem sinais vocais e somáticos que coincidem com o ato de encontrar e perseguir uma presa em fuga, mostrando uma interface, ainda que simplificada, entre a inteligência social dominial e os módulos gerais empregados nas estratégias de forrageamento.

Ainda que se possa argumentar que o processo de “*dechimpization*”<sup>8</sup> é um artifício aprendido socialmente, e que se presta a abafar uma suposta aversão desses primatas ao assassinato de coespecíficos (Roscoe, 2007, p. 491), devemos considerar que comportamentos “culturais” desenvolvidos pela inteligência geral através de aprendizado observacional, são populacionalmente restritos, enquanto há suficiente universalidade desse traço para postulá-lo como resposta etológica no âmbito da inteligência social modular.

Então, nos parece mais provável que seja o “descarte” de excesso de informação social, que sobrecarrega a cognição modularizada, o

---

8 Algo como “des-chimpanzeização”.

fato que leva ao reenquadramento do *status* dos membros desligados do grupo, que passam a ser situados fora da pirâmide social e tratados como animais de caça. Não só a ressignificação da natureza do “inimigo”, mas o conteúdo dessa própria ressignificação, são provavelmente instrumentos etológicos voltados especificamente para deflagrar respostas simpáticas associadas ao engajamento violento e à eliminação física do oponente; isso porque, em tese, nada parece impedir que ignorem socialmente outros organismos. Chimpanzés, altamente excitados pelos marcadores sensoriais que indicam a proximidade da fronteira de seu território e ainda mais alarmados pela detecção de sons que podem indicar a presença do perigo, rapidamente, são varridos por respostas parassimpáticas ao perceberem que o que produzia os sons era apenas um babuíno e não outro chimpanzé. Babuínos são animais violentos, podem representar uma ameaça mortal, e podem lutar violentamente contra chimpanzés em disputa por alimentos (Wrangham; Peterson, 1996, p. 15; 179). Então, o grupo não retorna à calma dada a uma suposta inofensibilidade do primata transeunte, mas sim porque a presença dele não é capaz de deflagrar o conjunto de gatilhos etológicos relacionados à violência coalizacional interssocietária. O babuíno, simplesmente, não é um “inimigo”.

Chimpanzés, excluídos de um grupo, pertencem ao campo do não social, do ponto de vista dos membros daquele grupo do qual foi excluído, e manifestam a incerteza e a ameaça em seu mais alto grau. Ao não fazerem parte da hierarquia, não fornecem informação que permitam a formulação de hipóteses sociais que, por sua vez, permitam o alinhamento de estratégias com base na posição de *status* ocupada por aquele indivíduo. Não reconhecem os espaços de dominância, justamente por existirem fora da hierarquia interna. Não são objeto dos mecanismos etológicos regulares de pacificação. Infensos à “ordem” interna, representando o caos de um mundo privado de mecanismos de regulação de conflitos e sujeitos ao exercício nada custoso da violência coalizacional letal, promovida por seus inimigos, ao “estrangeiro” resta a aniquilação.

Em comparação com *H. sapiens* ou mesmo com *P. paniscus* (o chimpanzé-pigmeu, ou bonobo, evolucionariamente mais jovem que o chimpanzé comum, e dele derivado), o volume total da ínsula agranular anterior dos chimpanzés comuns, responsável pela autoconsciência

social e pela teoria da mente, é menor quando considerada a massa corporal. Ligada à consciência subjetiva a respeito do próprio estado emocional e à capacidade empática, parece natural que tanto *P. troglodytes* quanto o último ancestral comum entre eles e os humanos tenham encontrado, em termos comparativos, limites bastante tênues quanto à expansão de comportamentos prossociais, ou mesmo ao estabelecimento de relações de reciprocidade entre machos não aparentados. Além disso, a assimetria entre os lados esquerdo e direito do córtex insular anterior nos chimpanzés (e presumidamente no UAC) acaba por privilegiar a ativação do sistema nervoso simpático, o comportamento de desafio e o comportamento agonístico (Bauernfeind *et al.*, 2013, p. 275-276). Ainda que detentores de um potente sistema cognitivo modularizado em benefício da inteligência social, a dinâmica de fissão-fusão social em *P. troglodytes* e sua relação com a violência interssocietária parecem denunciar inequivocamente seus limites.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa dialoga, primariamente, com a produção do chamado “Período Recente” acerca da origem da guerra, segundo o recorte elaborado por Keith Otterbein (2000), marcada pela presença da primatologia no debate, em suporte a determinado conjunto de formulações antropológicas que se voltam em favor da defesa da existência da “guerra primitiva”. Nossa hipótese geral tenta manter uma equidistância crítica tanto em relação à postura assumida pelos “*hawks*” (ou seja, autores que advogam em favor da guerra enquanto expressão de um comportamento inato e incontornável), quanto pelos “*doves*” (que, sem delongas, buscam certa revivescência da ideia do “bom selvagem”), e isso diz respeito, especialmente, ao fato de que, em última instância, o que se busca com essa investigação é lançar hipóteses sobre a guerra entre as sociedades humanas. Assim, nos parece simplista a cisão entre a defesa de uma dimensão etológica para o comportamento violento (Ferguson; Beaver, 2009), explicações outras que buscam uma dimensão ambiental, cultural ou adquirida desse mesmo comportamento, ou outras ainda que invocam a aversão, entre humanos, ao assassinato de coespecíficos (Roscoe, 2007).

A eclosão da modernidade comportamental na história evolutiva mais recente de *H. sapiens* (40 mil anos atrás, aproximadamente) foi trazida pela expansão de domínios mentais modularizados (técnicos, naturalistas, sociais, linguísticos) e pela sua interconexão em um campo fluido, metarrepresentacional, no qual as fronteiras entre eles são diluídas. A expansão da autoconsciência (social), amalgamada à consciência acerca da existência de um mundo “exterior” (técnico, naturalista), é fruto dessa potente rede cognitiva manifestada pelo módulo de metarrepresentação (Mithen, 2002, p. 308-309) e significou, na mente do homem moderno, a operação de processos paralelos e potencialmente críticos ao conhecimento etológico, ainda presente, em cada um dos domínios cognitivos especializados, bem como na inteligência geral.

A noção de que comportamentos etológicos filogeneticamente transmitidos não podem ser controlados, voluntariamente, pelo empenho da mente metarrepresentacional (Ferguson; Beaver, 2009, p. 287) são equivocadas, embora essa capacidade de regulação não deva ser tomada como automática, ou à prova de falha. Dessa forma, a existência de uma etologia da guerra, transmitida filogeneticamente, desde o último ancestral comum entre humanos e chimpanzés, e associada às peculiaridades da operação da inteligência social modularizada, certamente não é suficiente para solucionar as indagações de por que *H. sapiens* vai à guerra, já que processos cognitivos metarrepresentacionais, únicos dessa espécie (consciência holística, racionalidade, abstração), atuam como firme instância dialética.

Da mesma maneira, explicações culturalistas ou racionalistas consolidadas em parte majoritária da historiografia da guerra soam igualmente como insuficientes. Uma compreensão profunda e renovada do fenômeno da violência coalizacional interssocietária entre as sociedades humanas, que leve em conta o emaranhamento entre as dimensões cultural-racionais e o inconsciente, requer, então, um firme esforço interdisciplinar que articule as bases já consolidadas no campo das ciências humanas e sociais, às ciências naturais e biológicas, e à psicologia complexa.

## REFERÊNCIAS

AIELLO, L., DUNBAR, R. Neocortex size, group size, and the evolution of language. *Current Anthropology*, v. 34, n. 2, p. 184-193, 1993.



AURELI, F. *et al.* Fission-fusion dynamics: new research frameworks. *Current Anthropology*, v. 49, n. 4, p. 627-654, 2008.

BARNOSKY, A. e KRAATZ, B. The role of climatic change in the evolution of mammals. *Bio Science*, v. 57, n. 6, p. 523-532, 2007.

BAUERNFEIND, A. *et al.* A volumetric comparison of the insular cortex and its subregions in primates. *Journal of Human Evolution*, v. 64, n. 4, p. 263-279, 2013.

CAMERON, D., GROVES, C. *Bones, stones and molecules: 'out of Africa' and human origins*. San Diego: Elsevier, 2004.

CHAUVIN, R. *A etologia: estudo biológico do comportamento animal*. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DIAMOND, J. *O terceiro chimpanzé: a evolução e o futuro do ser humano*. Trad. Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FERGUSON, C. e BEAVER, K. Natural born killers: the genetic origins of extreme violence. *Aggression and Violent Behavior*, v. 14, n. 5, p. 286-294, 2009.

FOLEY, R. *Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista*. Trad. Patrícia Zimbres. São Paulo: UNESP, 2003.

LADEIA, I., FERREIRA, P. *A história evolutiva dos primatas*. In: NEVES, W. et al (org.). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena, 2015. p. 48-85.

MITHEN, S. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. Trad. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: UNESP. 2002

NORDHAUSEN, M., OLIVEIRA Filho, P. Nós, primatas. In: Neves, W. et al (orgs). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena. p. 14-47. 2015.

OTTERBEIN, K. A history of research on warfare in anthropology. *American Anthropologist*, v. 101, n. 4, p. 794-805, 1999.

PAMPUSH, J. *et al.* Homoplasy and thick enamel in primates. *Journal of Human Evolution*, v. 64, n. 3, p. 216-224, 2013.

ROSCOE, P. Intelligence, coalitional killing, and the antecedents of war. *American Anthropologist*, v. 109, n. 3, p. 485-495. 2007.

SCOTESE, C. R. *Paleomap Paleo Atlas for Arc GIS*, Cenozoic. Evanston, s 2013. v.1 Disponível em: <http://www.scotese.com>. Acesso em: 30 dez. 2016.

SHULTZ, Susanne; OPIE, Christopher; ATKINSON, Quentin. Stepwise evolution of stable sociality in primates. *Nature*, v. 479, n. 7372, p. 219-222. 2011.

WOOD, B. Hominid revelations from Chad. *Nature*, v. 418, n. 6894, p. 133-135, 2002.

WOOD, B. Reconstructing human evolution: achievements, challenges, and opportunities. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, Supl. 2, p. 8902-8909, 2010.

WRANGHAM, R., PETERSON, D. *Demonic males: apes and the origins of human violence*. Boston: Mariner, 1996.